

2.

Considerações sobre “o medo” como componente estruturador do espaço urbano do Rio de Janeiro

Se as cidades na sua origem tiveram a segurança dos seus moradores como propósito inicial, paradoxalmente, hoje, estão cada vez mais associadas à insegurança (BAUMAN, 2009). A insegurança diante da escassez de água ou do risco de perder o emprego ou de uma grande tempestade não produzirão tantos efeitos no espaço urbano quanto a insegurança ⁹ causada pela violência urbana ¹⁰. De acordo com Souza (2008), as grandes metrópoles brasileiras, a começar por Rio de Janeiro e São Paulo, dominadas pelo medo da criminalidade violenta, seriam caracterizadas como “fobópoles” – composição das palavras gregas *phóbos*, que significa “medo”, e *pólis*, que significa “cidade”. Para esse autor, que retomaremos mais a frente,

A palavra condensa aquilo que tento qualificar como cidades nas quais o medo a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil – o que tem claras implicações em matéria de desenvolvimento urbano e democracia (*lato sensu*) (p. 9).

“O pensamento clássico nos ensina, (...) que o medo é um sentimento natural, uma vez que ele é sempre a tomada de consciência de um perigo” (NOVAES, 2007, p. 10). De maneira introdutória, entendemos que a temática do medo pode ser apresentada de acordo com as reflexões de Wolff (2007) quando assinala que

⁹ Concordamos com Rodrigues (2013) que afirma ser a insegurança entendida “como manifestação do temor e do medo de algo que pode ocorrer, enquanto segurança significa uma forma de contornar o medo” (p. 150).

¹⁰ Apesar da imprecisão e alto nível de abstração da expressão “violência urbana”, optamos por não descartá-la com base nas reflexões de Souza (2008) que assinala que “apesar disso tudo, as práticas de violência não estão dissociadas do espaço. Aqui também o espaço comparece com sua dupla qualidade de produto social e condicionante das relações sociais. Das formas tipicamente urbanas de segregação residencial à densidade tipicamente urbano-metropolitana de determinados fenômenos, passando por estratégias de sobrevivência e práticas delituosas caracteristicamente associadas à concentração espacial de determinadas oportunidades: no que concerne à presença ou, pelo menos, à frequência de certas manifestações de violência, as características da espacialidade das cidades tanto colocam problemas específicos quanto sugerem ações específicas de enfrentamento” (p. 11).

o medo é uma emoção. Isso significa que é uma experiência que se obtém, passivamente, fora de qualquer controle, que não depende de nós. (...) Existem emoções positivas, agradáveis, outras negativas, desagradáveis. No que diz respeito às emoções positivas, podemos citar a alegria, o desejo, o contentamento, a admiração etc. Quanto às negativas, a tristeza, a raiva e, justamente, o medo. O medo é, portanto, uma emoção negativa, que é acompanhada de sofrimento. (p.19)

Interessa-nos neste capítulo, em um primeiro momento, realizar reflexões a respeito das diferentes formas de manifestação do medo no cotidiano do cidadão, analisadas a partir de diferentes autores. Em seguida, já com foco na cidade do Rio de Janeiro, discutiremos a construção social das chamadas “classes perigosas” e os desdobramentos espaciais das políticas higienistas. E, por fim, apontamos considerações sobre o conceito de segregação e suas relações com a dinâmica das metrópoles atualmente.

2.1.

Sobre ameaças, incertezas, riscos e desconfianças: o espaço urbano e o nosso medo de cada dia

Viver a cidade na perspectiva de que ela foi “construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza” (TUAN, 2005) pode ser frustrante para o cidadão nos dias atuais. Das inúmeras *confusões* e experiências de *caos* – utilizando as palavras de Tuan (2005) – elaborados pelo homem e não pela natureza e vividas nas cidades contemporâneas, o medo transformou-se substancialmente em um fenômeno comportamental que vai afetar a sua dinâmica interna de fluxos materiais e imateriais, bem como sua paisagem. Partiremos de uma concepção abstrata e subjetiva para entender o medo que consideramos por definição uma sensação que varia entre as pessoas, sendo assim, bastante relativa¹¹.

Ao discutirmos a temática do medo, há aspectos subjetivos que devem ser considerados, como a maneira com a qual o discurso religioso é assimilado ou as intencionalidades da cobertura jornalística dada à violência policial em uma

¹¹ Em uma cidade como Rio de Janeiro que já viveu recentemente alguns episódios de desastres humanos provocados por fortes tempestades, o medo de uma forte chuva, anunciada pelo prefeito no telejornal da hora do almoço, pode provocar reações das mais diversas entre seus moradores. As escolas ficam pressionadas a liberarem os estudantes antecipadamente, pois os pais temem que seus filhos não cheguem a casa com tranquilidade após a saída do turno da tarde. Com um outro olhar, o ambulante aproveita o discurso alarmista e fatura um pouco mais que o normal com a venda de capas e guarda-chuvas nas calçadas do centro da cidade. Medos de uns, oportunidade de negócios para outros.

cidade, como destacaremos mais à frente. Nessa perspectiva, nos apoiamos nas reflexões de TUAN (2005), quando afirma que

Os medos são experimentados por indivíduos e, nesse sentido, são subjetivos; alguns, no entanto, são, sem dúvida, produzidos por um ambiente ameaçador, outros não. Certos tipos de medo perseguem as crianças, outros aparecem apenas na adolescência e na maturidade. Alguns medos oprimem povos “primitivos” que vivem em ambientes hostis, outros aparecem nas complexas sociedades tecnológicas que dispõem de amplos poderes sobre a natureza. (p. 7)

Além de Wolff (2007) e Tuan (2005) baseamo-nos, para refletirmos sobre o medo, em Bauman (2006). Para este último autor,

Medo é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance. (p.8)

Para Bauman (2006, p.13), “nossa sociedade líquido-moderna é um dispositivo que tenta tornar a vida com medo uma coisa tolerável”. Ele é destinado a silenciar os medos derivados de perigos que não podem ser efetivamente evitados. Não vivemos assim um mundo aterrorizante que nos causa medo 24h por dia.

Temos um volume mais que suficiente de estratégias sagazes, os quais (se apoiados por toda espécie de quinquilharias inteligentes amavelmente oferecidas nas lojas) podem nos ajudar a evitar essas eventualidades horripilantes. Podemos até nos divertir com as “advertências globais”. Afinal, viver num mundo líquido moderno conhecido por admitir apenas uma certeza – a de que amanhã não pode ser, não deve ser, não será como hoje – significa um ensaio diário de desaparecimento, sumiço, extinção e morte. E assim, indiretamente, um ensaio da não-finalidade da morte, de ressurreições recorrentes e reencarnações perpétuas. (BAUMAN, 2006, p.12 e 13).

Os riscos iminentes que nos são proclamados a respeito das diferentes dimensões do cotidiano, como o risco de adoecer, de ser assaltado ou de perder o emprego, de engordar e até de morrer, quase sempre se comprovam como discursos alarmistas interessados em difundir o uso de certos “remédios”.

É cada vez mais comum remediar casos que ainda não nos causaram nem temor. “O Bug do milênio não foi a única notícia aterrorizante que lhe foi trazida pelas mesmíssimas empresas que já tinham oferecido imunizar, a um preço adequado, o seu computador” (BAUMAN, 2006, p.14).

O medo não é exclusividade da espécie humana. A sobrevivência de animais, assim como sua evolução, possui relação com esse sentimento de perigo que faz com que as espécies animais busquem estratégias de proteção frente aos predadores¹². Tuan (2005) Um coelho pode sentir-se seguro em seu abrigo, mas, com os sentidos apurados, sabe que um espaço amplo como um gramado pode ser uma ameaça. Há melhor imagem para traduzir o medo que os animais sentem do que a de um coelho que acaba de sair da toca para um campo aberto e fica com orelhas em pé e corpo trêmulo enquanto se desloca?

Já o leão não teme um ataque pelas costas. Seu papel é o de caçar e matar.

Quem dorme sossegado? Nós gostaríamos de dizer “aqueles que têm a consciência limpa”, mas a melhor resposta é “aqueles que podem se dar ao luxo de não sentir medo”. Assim, predadores como felinos dormem sossegados, ao passo que as espécies favoritas dos predadores, como os coelhos, quase não podem cochilar (TUAN, 2005, p.9).

A diferença de comportamento entre outras espécies e os seres humanos ocorre porque o homem possui maior variação emocional e superioridade mental. Animais seriam capazes de sentir medo de uma humilhação ou envergonhar-se por seus semelhantes? O homem teme a traição de um parente ou amigo. “A imaginação aumenta imensuravelmente os tipos e a intensidade de medo no mundo dos homens. [...] Se tivermos menos imaginação nos sentiremos mais seguros” (TUAN, 2005, p.11).

É a partir dessas considerações no campo da reflexão que tratamos a temática do medo entre os homens, isso nos dará condições de olhar para o espaço da cidade, especialmente do bairro tratado nesta pesquisa, e compreender a complexidade da sua paisagem. Tuan (2005) trabalha com a noção de “paisagens do medo”, definidas por ele como “as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas. Sendo as forças que produzem o caos onipresente, as tentativas humanas para controlá-las são também onipresentes” (p. 12).

¹² A respeito da relação entre o medo e a existência humana, Kehl (2007) afirma que o medo “é um sentimento vital que nos protege do risco da morte. Mas em razão dele desenvolvemos o sentido da curiosidade e a disposição à coragem, que superam a mera função de defesa da sobrevivência, pois possibilitam a expansão das pulsões de vida”.

Buscando manter o caos ‘controlado’, o homem realiza construções mentais e materiais, que, de certa forma, são componentes da paisagem do medo.

Os contos de fadas infantis, bem como as lendas dos adultos, os mitos cosmológicos e certamente os sistemas filosóficos são refúgios construídos pela mente nos quais os homens podem descansar, pelo menos temporariamente, do assédio de experiências novas e da dúvida. Além disso, as paisagens materiais de casas, campos de cultivo e cidades controlam o caos. Cada moradia é uma fortaleza construída para defender seus ocupantes humanos dos elementos; é uma lembrança constante da vulnerabilidade humana. Todo campo é arrebatado da natureza, que procurará destruí-lo se não houver um incessante esforço humano. De modo geral, todas as fronteiras construídas pelo homem na superfície terrestre – cerca de jardim, muralha na cidade, ou proteção do radar – são uma tentativa de manter controladas as forças hostis. As fronteiras estão em todos os lugares porque as ameaças estão em toda parte: o cachorro do vizinho, as crianças com sapatos enlameados, estranhos, loucos, exércitos estrangeiros, doenças, lobos, ventos, chuva (*idem*, p. 12 e 13).

Ao realizar construções cada vez mais modernas, o homem aumenta a capacidade de suportar as variações habituais da natureza e, assim, seu poder sobre ela, diminuindo com isso as supostas ameaças impostas pelas “forças hostis”.

Pode-se então afirmar que a o homem vive na busca permanente pela segurança e pela ordem. Segundo Tuan (2005, p.17), “a própria vida é crescimento e deterioração: é mudança, senão não é vida”. Ainda para este autor, toda estabilidade e ordem são temporárias. Por outro lado, as pessoas não vivem o tempo inteiro apavoradas com possíveis ameaças ou incertezas. Ao mesmo tempo, o ser humano possui na sua natureza a capacidade de adaptar-se ou ignorar situações que lhe causam medo e, por outro lado, de forma perversa, admirar o cruel e o grotesco que não lhe oferecem o perigo de fato, como os espetáculos de sofrimento, tortura e execução do teatro popular francês dos séculos XIV a XVI.

Passamos a vida inteira lutando para superar nossos medos. Há dias em que nem lembramos o que ontem nos causou temor. Uns medos perdem presença com o envelhecer e são substituídos por novos medos. De acordo com Bauman (2006),

A vida inteira é agora uma longa luta, e provavelmente impossível de vencer, contra o impacto potencialmente incapacitante dos medos, contra os perigos, genuínos ou supostos, que nos tornam temerosos. Pode-se percebê-la melhor como uma busca contínua e uma perpétua checagem de estratégias e

expedientes que nos permitem afastar, mesmo que temporariamente, a iminência dos perigos – ou melhor ainda, deslocar a preocupação com eles para o incinerador lateral onde possam, ao que espera, fenecer ou permanecer esquecidos durante toda nossa duração (p. 15).

O espaço urbano, que aqui priorizamos como dimensão geográfica para a pesquisa, é construído historicamente por diferentes agentes, tendo as diversas facetas do medo como aspectos definidores de formas e fluxos presentes nas cidades, expressões materiais desse espaço. As fórmulas de confinamento nele presentes são estratégias de proteção que visam ao afastamento das ameaças.

A Peste Negra, no começo da Idade Moderna, é um exemplo. Configurou-se no flagelo a ser exorcizado pelo cristianismo. Nomear o mal seria algo que já jogaria ao chão a última fronteira que o mantinha à distância. A atração individualizada do mal é vista como punição pela igreja naquele momento e assim se cria a necessidade de elencar os culpados pela propagação da peste: leprosos, judeus, estrangeiros e marginalizados. Esses e outros passam a receber os remédios caracterizados por cerimônias de penitência e perdão, buscando exorcizar as ameaças e controlar o medo, assim como as populações que em tese o originariam. A medicina religiosa remediava com solidão, isolamento e até com a morte, tudo em favor da salvação e de uma ordem de vigilância e enquadramento.

A necessidade de ordem fez com que a modernidade europeia dessacralizasse a loucura, instituindo, a partir do século XIX, também o medo dos pobres (numa conjuntura de desemprego, monopólio da terra etc.). O medo explica a ação persecutória conduzida pelo poder político-religioso. As fórmulas de confinamento “saneiam as cidades”, diminuem os perigos de contágio, tem alcance moral. O sentido geral desta estratégia é disciplinar populações, produzindo alinhamentos. Tudo isto para descobrir-se ao final do século XVII um erro parcial de diagnóstico. O medo fôra maior que a ameaça (BATISTA, 2003, p. 45).

A sociedade que limita a liberdade em nome da busca por segurança é a mesma que produzirá mais mal-estar. As cidades que mergulham nesta trajetória “civilizatória” de construção da “ordem pela pureza” estão na luta por um projeto estético uniformizante que neutraliza e disciplina o espaço e seus habitantes pela difusão do medo do caos e da desordem (BAUMAN, 1998).

Neste contexto, a pobreza deve ser isolada e o pobre destituído de poder. Combinar estratégias de exclusão, criminalização e brutalização dos pobres coíbe

a constituição de um sentimento de injustiça capaz de rebelar-se contra tal modelo hegemônico (BAUMAN, 1998).

Paris e Rio de Janeiro são exemplos de cidades que, na segunda metade do século XIX, ganham expressões materiais desse projeto de neutralização das ações políticas e consequente questionamento da ordem político-econômica vigente por parte de classes subalternas. As “reformas haussmanianas” de Paris fazem parte da fórmula de embelezar para enfraquecer as revoltas populares, que estavam nas incubadoras da periferia da cidade. No Rio de Janeiro, a guerra aos cortiços representou o combate aos indesejáveis, classificados como classes perigosas, alvo dos projetos oficiais de segregação socioespacial. Desprover os pobres de poder territorial, classificando-os como atores urbanos menos importantes que os empresários ou governantes seria colocá-los no anonimato estratégico do sofrimento e, desta forma, fragilizar sua luta por direitos e por melhorias nas condições de vida.

Frente ao exposto, podemos refletir sobre aquele que consideramos o principal dos medos na atualidade nas metrópoles brasileiras, que constituirá, como assinalado no início deste capítulo, o que Souza (2008) denominou de *fobópole*: o medo da criminalidade violenta.

O tema violência urbana ganhou relevo nas últimas décadas no Brasil, por isso muitos geógrafos passaram a dedicar suas pesquisas ao assunto. Vale ressaltar que o medo de ser vítima de um crime violento não tem nada de novo nas cidades de base colonial e nem em outras que foram formadas como resultado da violência disseminada pela lógica do acesso à terra nos campos e consequente expulsão de quem não é proprietário. Muitas outras cidades, considerando a grande variação no tempo e no espaço, viveram de uma forma ou de outra, condições de insegurança que se refletiram em amplos debates sobre o tema que difere a fobópole das outras situações históricas são duas questões, segundo Souza (2008)

Em primeiro lugar, a criminalidade violenta, especialmente aquela vinculada a razões econômicas (roubos, latrocínios etc.) tem sido um traço muito comum das cidades ao longo da história, mas não chegava a sobressair tanto assim em comparação com muitas outras preocupações, como a fome, doenças e a violência decorrente de guerras constantes. (SOUZA, 2008, p.38)

A violência fora das guerras tornou-se motivo de escandalização quando homicídios e outros crimes violentos passaram a ser menos comuns na Europa e no Novo Mundo, em fins do século XIX. No período pós-Guerra Fria, essas formas de violência contra civis foram reavivadas, o que gerou o crescimento da criminalidade comum sem motivação política ou religiosa direta (SOUZA, 2008).

É sobretudo o contraste com os períodos anteriores, e em particular com o período de relativa “calmaria” que se estende da era vitoriana e da *belle époque* até meados do século XX (ou seja, um período ainda um tanto vivo na memória de muitas das nossas famílias, graças aos testemunhos de avós e bisavós), que faz com que a fobópole possa ser vista como um fenômeno dotado de “alguma” novidade histórica. [...] Uma fobópole é uma cidade em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência e da sensação de insegurança (SOUZA, 2008, p. 39 e 40).

Como efeito desta condição de vida, o cidadão no espaço urbano passou a elaborar estratégias concretas e imateriais para enfrentar a desconfiança, o risco e o medo do cotidiano, como veremos mais adiante.

2.2.

Políticas higienistas e “os indesejáveis”: transformações espaciais da cidade do Rio de Janeiro diante do imaginário do medo

A chegada da corte portuguesa ao Brasil, no início do século XIX, confrontou a cidade e seus males com a exuberância da nobreza que aqui aportava. A medicina, que tinha a *doença* como objeto, converteu-a em *saúde*, algo muito mais amplo que se constituiu na chamada medicina social (BATISTA, 2003).

Nos moldes da polícia médica europeia, já se falava, na mesma época no Brasil, da necessidade de criação de uma polícia sanitária. A própria Intendência Geral de Polícia “já conjugava o policiamento em si com o zelo pela saúde da população; a guarda real se encarregava de tarefas relativas a aterros, calçamentos, encanamentos, etc.”. (BATISTA, 2003, p. 161). Com a institucionalização de uma estrutura de ensino médico, a saúde passou a figurar como higiene pública e com isso direcionava as suas práticas para um formato de medicina social que combatesse todos os males da sociedade, inclusive os de caráter higiênico e sanitário.

Em 1829, surge a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, baseada no modelo francês e com uma visão abrangente de saúde, dirigida ao corpo social e à ordem urbana. [...] Os debates médicos da Sociedade de Medicina se ocupavam dos distúrbios políticos e urbanos, da saúde pública (através da higiene pública) e da defesa da medicina como ciência. A cidade malsã, com seus vapores pérfidos, suas ruas de escravos e de medo, seus dejetos à deriva, sua sujeira, começa a constituir-se em preocupação permanente. O medo das multidões, a partir do Grande Medo de 1790, da Revolução Francesa, se espalha no Império Brasileiro de forma mais difusa, mais vaga e mais insidiosa. No censo de 1849, o Rio de Janeiro tem a maior população negra das Américas. O medo dos miasmas se soma ao medo da africanização. (BATISTA, 2003, p.163)

O discurso médico buscava articular o homem com clima, a moral e a higiene pública para constituir o Estado Imperial moderno e enfrentar as “metáforas do pântano”: as cidades e suas populações devem ser saneadas em prol da ordem.

Assim, de acordo com Batista (2003), a densidade cada vez maior de habitantes negros na capital transformou o escravo em barreira à higiene e ao surgimento de uma família brasileira sadia, seja pelas doenças introduzidas, pela amamentação, degradação dos costumes, prostituição ou moral. Com base neste pensamento que se delineou o discurso científico que fortaleceu a ideologia senhorial na formação da sociedade brasileira.

É nesse contexto, principalmente após a abolição da escravatura, que emerge a ideia de *classes perigosas* no Brasil. De uma maneira geral, para os parlamentares que debatiam as consequências do fim da escravidão, constatou-se uma tendência de associação entre o bom cidadão e o gosto pelo trabalho, que, consequentemente, levará o cidadão ao hábito de poupar e, dessa forma, ele estará sujeito a uma condição de maior conforto. Tendo por base esse raciocínio,

O indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão “classes pobres e viciosas”, vemos que as palavras “pobres” e “viciosas” significam a mesma coisa (CHALHOUB, 2011, p. 22).

O olhar para os pobres definidos como “classes perigosas” não se vinculou exclusivamente por sua suposta ameaça à sistematização do trabalho e à ordem pública. Os pobres seriam contagiosos também no sentido literal. E tal afirmativa

derivava das grandes autoridades no assunto na época: os médicos. Estes diagnosticavam que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos a todos os cidadãos, já que deles, devido ao seu caráter coletivo, irradiavam-se epidemias e propagavam-se os vícios.

Somente na década de 1850 que os administradores da corte parecem ter notado a existência de cortiços na cidade devido à ocorrência de epidemias de febre amarela e de cólera, colocando na ordem do dia a questão da salubridade pública e das condições higiênicas das habitações coletivas. As ações do poder público no intuito de combater a propagação de cortiços culminaram na criação, em 1855, da Junta Central de Higiene, zeladora das questões da saúde pública na cidade. (CHALHOUB, 2011)

Porém, a Secretaria de Polícia da Corte foi a responsável, em março de 1860, por apontar em um documento, duas reflexões importantes sobre a proliferação dos cortiços junto ao Ministério dos Negócios do Império brasileiro. A primeira apontava o elevado preço dos alugueis das casas, o que fazia dos cortiços a solução habitacional possível para os mais pobres. Os apontamentos presentes no documento avançam no sentido de considerar que o aumento dos casos de tuberculose provava que havia um processo de deterioração das condições de vida da população carioca que se entulhava em habitações insalubres e sem o mínimo de condições de higiene para a época. O que estava em curso era um processo mais amplo e não apenas as eventuais epidemias de febre amarela, varíola e cólera, mas, sobretudo, a crescente mortandade derivada da tuberculose, que já era relacionada, pelo saber médico, às condições de miséria em que vivia a população urbana mais pobre. Ou seja, em uma primeira análise, os cortiços eram um problema social, mas não necessariamente o único responsável pelo problema da saúde pública na capital do império. (CHALHOUB, 2011)

Para minorar essa situação, haveria a necessidade de melhorias da habitação popular como meta a ser alcançada pelo poder público da capital do império. Para tanto, o aprimoramento das construções nos aspectos da higiene pessoal (latrinas limpas e em número suficiente), calçamento dos arruamentos, janelas amplas para a melhor circulação do ar e coleta de lixo regular eram

medidas básicas a serem seguidas pelos poderes públicos no zelo da saúde dos moradores.

Em outro ponto do documento, a Secretaria de Polícia propôs a formulação de uma política de incentivo aos construtores para a promoção de construções de casas para as populações mais pobres. Porém, esse último aspecto não foi considerado na medida necessária para resolver a questão (CHALHOUB, 2011).

As mudanças de fato só ocorreriam a partir de 1873, quando o poder público baixou um decreto que proibia a construção de cortiços em parte do centro da capital. Iniciou-se o movimento de elaboração das bases legais para a batalha civilizatória através do extermínio de cortiços e da expulsão das “classes pobres/classes perigosas” das áreas centrais da cidade (CHALHOUB, 2011).

Desta forma, nas últimas décadas do século XIX, políticos e governantes estabeleceram dois princípios básicos que iriam constituir os pressupostos das políticas higienistas em curso:

Em primeiro lugar, está presente a ideia de que existe um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade para qualquer “povo”, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países mais cultos” seria solução dos problemas de higiene. (CHALHOUB, 2011, p. 35)

O resultado prático desses princípios básicos foi a prevalência de políticas públicas na escala do urbano que promoviam a despolitização da realidade histórica como decorrência de uma forma de gestão dos problemas da cidade a partir de um método científico supostamente neutro, que submete a política à técnica, colocando as decisões de gestão no campo de ação de médicos e engenheiros.

Foi definida assim a ideologia higienista que interessou, sobretudo, os investidores da construção civil atentos às possibilidades de expansão dos negócios em novos eixos de crescimento da cidade - em grande parte os cortiços ocupavam áreas valorizadas próximas ao porto e que, ao olhar dos políticos

higienistas, poderiam ser remodeladas não somente por novas habitações ¹³, mas também por novas vias, praças e passeios, todos tendo suas construções a cargo das mesmas empresas, o que reforçou a estigmatização do morador do cortiço – a “classe perigosa” – já que ele passou a representar a ameaça à ordem, limpeza e aos “bons costumes” ¹⁴.

Já no início do século XX, a relação entre o Estado e o urbano - que até então se dava de maneira indireta, com proibição de iniciativas no âmbito privado e de controle e regulação de ações - passou a se caracterizar pela intervenção direta no padrão de evolução urbana da cidade. A Reforma Passos (1902-1906) e as administrações municipais que se seguiram investiram nesta forma de gestão do espaço da cidade, que transformou as formas de uso e o conteúdo da cidade.

Atuando (...) diretamente sobre um espaço cada vez mais dividido entre bairros burgueses e bairros proletários, e privilegiando apenas os primeiros na dotação de seus recursos, o Estado veio a acelerar o processo de estratificação social que já era característico da cidade desde o século XIX, contribuindo assim para a consolidação de uma estrutura núcleo/periferia que perdura até hoje. (ABREU, 1997, p. 73)

Com base nesses pressupostos, a cidade do Rio de Janeiro teve os seus eixos de expansão imobiliária construídos em direção à Zona Sul, principalmente para Copacabana, Ipanema e Leblon, nas primeiras décadas do século XX, como observado no capítulo 1. Nestes bairros, não era incomum encontrar ruas com infraestrutura urbana qualificada com calçadas, saneamento básico e iluminação pública, mesmo com escassa população.

¹³ As estratégias higienistas para a demolição dos cortiços não era acatada de maneira pacífica e sem problemas pela população carioca. Houve muitos enfrentamentos entre as comissões sanitárias que ordenavam o fechamento dos cortiços e os proprietários desses imóveis, que acusavam o poder público de violentar o direito à propriedade privada, estendendo as tensões para o campo jurídico, inviabilizando, muitas vezes, a ofensiva higienista de ser mais efetiva do que poderia ter sido.

¹⁴ Olhar para a ofensiva higienista como estratégia de “limpeza” do centro da capital do império e de abertura de oportunidades ao mercado imobiliário, não significa fechar os olhos para os resultados produzidos por iniciativas de pesquisadores que combateram flagelos humanos e que alcançaram a redução da mortalidade entre os mais pobres. Generalizações maquiavélicas deste tipo podem gerar injustiças com a biografia de alguns sujeitos importantes na história da cidade do Rio de Janeiro, como Osvaldo Cruz, por exemplo.



Figura 21: Copacabana início do século XX: poucos habitantes, mas já com calçamento e iluminação pública.

Fonte: AGCRJ



Figura 22: Leblon: estrutura de arruamento pronta apesar dos poucos moradores (1919).

Fonte: AGCRJ

Por fim, vale ressaltar as colocações de Chalhoub (2011) sobre as escolhas políticas dos gestores da cidade do Rio de Janeiro, desde o fim do século XIX. Para o autor,

A moderna prática da “gestão científica” da cidade escolhia cuidadosamente seus beneficiários – isto é, tomava suas decisões políticas – e entendia que o saneamento e as transformações urbanas não precisavam ter grandes compromissos com as melhorias das condições de vida de uma massa enorme de

peessoas – os negros, esses suspeitos preferenciais, membros por excelência das classes perigosas (CHALHOUB, 2011, p.58).

2.3.

Mixofobias, segregação espacial e *oroescapismo*: o caso do Alto Jardim Botânico

Complexas temporalidades e espacialidades constituem o espaço da cidade contemporânea, destacadamente as grandes metrópoles. Estas se apresentam com caráter fragmentado, dando origem a um mosaico de paisagens que é fruto das práticas de agentes sociais e de diferentes processos espaciais.

Neste espaço urbano contemporâneo, o medo generalizado que produziu a fobópole (SOUZA, 2008) resulta em formas e conteúdos espaciais que são aspectos definidores da geografia das cidades modernas.

Paradoxalmente, a cidade, umbilicalmente ligada à ideia de segurança, assume novos desafios frente às diversas manifestações do medo no cotidiano de seus cidadãos. Indo além, consideramos, inspirados em Kehl (2007), que

o que há de terrível no mundo em que vivemos não é a presença do medo, e sim o fato de que toda a enorme variedade dos sentimentos de medo ficou encoberta por sua dimensão mais opressiva, mais empobrecedora, que é o temor em relação a nossos semelhantes. O homem, que só sobrevive física e psiquicamente em aliança com seus semelhantes, vê hoje no outro, qualquer que ele seja – estrangeiro ou vizinho, familiar ou desconhecido -, a ameaça mais temida (p. 89)

As preocupações higienistas uniformizadoras presentes no campo das ideias e das práticas espaciais de uma parte da sociedade carioca, em fins do século XIX e início do século XX, como destacado no subcapítulo 2.2, consideraremos aqui, inspirado em Bauman (2009), como de caráter *mixofóbico* e resultará, como destacaremos mais a diante, em novos arranjos espaciais na cidade do Rio de Janeiro. Para este autor, a *mixofobia*, isto é, o desejo de não se misturar, produz um tipo de ciclo vicioso de afastamento contínuo entre os que são tidos como “diferentes” – no caso exposto, os “ameaçadores” - e os que desejam conviver apenas com iguais. Ele coloca que:

Quanto mais tempo se permanece num ambiente uniforme – em companhia de outros “como nós”, com os quais é possível “se socializar” superficialmente, sem correr o risco de mal-entendidos e sem precisar enfrentar a amolação de ter de traduzir um mundo de significados em outro –, é provável que se “desaprenda” a arte de negociar significados e um *modus convivendi*. (BAUMAN, 2009, p.46)

Trazendo este debate para os dias atuais e objetivando relacionar tais ideias com o objeto de estudo desta pesquisa e suas devidas particularidades, discutiremos a seguir a aplicação do conceito de segregação como componente fundador da dinâmica das grandes cidades, destacadamente o Rio de Janeiro, e suas singularidades na construção do espaço do Alto Jardim Botânico.

Na sua versão contemporânea, a segregação se diferencia daquela vista no item 2.2 exatamente por ser aquela caracterizada por ações, práticas e representações sociais que partiam de agentes privados, ou até mesmo do Estado, e que buscavam isolar o cidadão a ser segregado. Atualmente, quem deseja estar longe das consideradas “classes perigosas”, apenas realiza a opção pela autossegregação (SOUZA, 2008) ou, como nos afirma Haesbaert (2014), estabelece estratégias de contenção territorial – temática que ficará para o terceiro capítulo, quando abordaremos a sociedade biopolítica com base nas formulações de Foucault (2008).

Nossa escolha não é a de tratar o conceito de segregação em uma perspectiva da origem histórica do termo e dos autores que o definiram ¹⁵. Escolhemos problematizar o debate atual com base na complexidade e multidimensionalidade que a ideia de segregação possui hoje nos estudos urbanos. Isto é, constatamos que há tantas segregações quanto “formas de cidades”, devemos evitar simplificações do tipo “tudo pode ser tudo” ou “tudo é a mesma coisa” para evitar imprecisões e redução da força explicativa do conceito (SPÓSITO, 2013).

Partiremos do princípio que a segregação é um conceito polissêmico e, desta forma, de frágil precisão. A complexidade do termo deriva da sua interface com outras dimensões do conhecimento, além da geografia. Aqui consideramos

¹⁵ Sobre a utilização dos conceitos na análise geográfica, concordamos com Cruz (2013) quando afirma que “precisamos compreender que o conceito é uma construção social, isso implica em nos afastarmos do positivismo empirista que analisa o conceito como simples formas de divisão e taxonomia do real, como se este fosse pré-existente e exterior a linguagem e a representação, consequente tem uma significação independente de qualquer ato de conceituação. Mas o fato de considerarmos o conceito como uma construção social isso não significa que esse possa ser uma escolha totalmente arbitrária, especialmente em ciências sociais, onde há um compromisso dos conceitos com referenciais empíricos. Mas levar em conta a ‘realidade’ e os problemas reais não significa voltar a um empirismo positivista, pois a construção de qualquer conceito implica numa operação onde o valor é sempre do racional para o real. (p.5)

correta a valorização das múltiplas facetas do termo. O termo segregação pode e deve ser adjetivado de forma bastante plural: social, espacial, socioespacial, urbana, residencial, étnica, ambiental... Porém, deve sempre se associar à uma escala geográfica de análise, para não correr o risco de formulações vagas (SPOSITO, 2013).

Sendo a nossa escala de análise geográfica a do bairro do Jardim Botânico, problematizaremos as singularidades presentes no seu processo de transformação em “peça de luxo” – como assinalado no capítulo 1 –, destacadamente na dimensão residencial, que ganha maior expressão na localidade do Alto Jardim Botânico, a qual apresentaremos a seguir numa perspectiva de diálogo com as ideias de Sposito (2013) acerca do conceito de segregação.

A localidade do Alto Jardim Botânico compreende o polígono estabelecido pelo conjunto das seguintes ruas do bairro do Jardim Botânico: Lopes Quintas, Peri, Inglês de Sousa, Visconde de Itaúna, Jorge Gouveia, Sara Vilela, Carlos da Rocha Faria, Joaquim Campos Porto (Mapas 3 e 4). Está entre as parcelas habitadas do bairro do Jardim Botânico com cotas altimétricas mais elevadas em relação ao nível do mar (Mapa 5).

A ocupação inicial do Alto Jardim Botânico se deu a partir do loteamento já existente em 1953, de parte do terreno da antiga América Fabril, que em 1920 havia incorporado a Fábrica Carioca de tecidos, localizada na atual rua Pacheco Leão. Porém, as entrevistas revelaram alguns fatos que podem conferir mais clareza ao processo de ocupação da localidade. O que foi possível constatar é que as ruas localizadas nas partes mais altas da Rua Lopes Quinta foram abertas mais recentemente e a parte mais baixa da rua já havia sido ocupada com vilas operárias e algumas outras residências.

Tudo pertencia à massa falida da América Fabril que era administrada pelo Banco Bahia. Meus pais moravam na Rua Inglês de Souza. Na época havia uma mistura de classes, tinha uma favelinha. No início da década de 1970 meu pai construiu uma casa na Rua Sara Vilela. Vivíamos de portões abertos em ambiente bem pacato. Mas nos anos 1980 os donos do Banco Bahia se mudam para lá. Aí começa a neura com segurança.

Sra. K. Nascida no Jardim Botânico em 1958. Ainda é moradora.

Entendemos, diante do exposto, que a construção da segregação do Alto Jardim Botânico realiza-se como processo. Concordamos com as ideias de Sposito (2003) quando assinala que, somente na perspectiva temporal é que devemos apreender a espacialidade, isto é, considerando as múltiplas temporalidades que compreendem a vida no urbano, desde a longa duração até os tempos curtos do cotidiano da cidade. A segregação do presente, no geral, se constituiu a partir de relações no passado.

No que se refere às dinâmicas espaciais que se sucederam nos anos 1990, novas moradias foram construídas e outras reformadas, levando a um adensamento da localidade que passa a ter demandas específicas, principalmente no que tange à segurança. Daí deriva a criação da ALTO-JB que já surge com dilemas a serem equacionados como afirma a senhora K que ainda faz parte do Conselho da Associação, apesar da pouca participação

“A criação da AAJB foi em 2000. Lá em cima morava o Sr. Eduardo que era uma espécie de guarda da antiga América Fabril e ele tinha uns parentes em MG que vieram pra cá e foram formando uma favelinha ali. Cada associado entrou com R\$12.000,00 para comprar casas para aquelas pessoas aqui mesmo na Zona Sul e não lá nos infernos. Aí compraram no Vidigal, Catete e outros, e os moradores saíram. Nós plantamos 1000 mudas de espécies nativas. De forma digna houve a preservação. Foi uma experiência de sucesso fundar a AAJB, criar um CNPJ e criar uma pessoa jurídica para comprar o terreno.”

Sra. K. Nascida no Jardim Botânico em 1958. Ainda é moradora.

Aqui cabe um outra reflexão a respeito da importância da dimensão espacial do processo de segregação: somente no espaço que ela se revela, de acordo com Sposito (2013). Para esta autora, a segregação distingue-se

da discriminação, da estigmatização, da marginalização, da exclusão, da espoliação, ou da pobreza urbana, que podem ter expressão espacial, mas se constituem, estruturalmente, em outros planos: o social, o econômico, o político, o cultural, etc. A segregação é, dentre todos os conceitos e noções que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial nas cidades, o que tem maior grau de determinação no plano espacial: sem este ela não se constitui e somente nele pode se revelar (SPÓSITO 2013, p. 66).

A fala da Sra. K. revela, na nossa opinião, o espaço da cidade como palco de tensões. O grupo de maior poder econômico usa desta condição para afastar aqueles que não se enquadram no perfil socioeconômico do vizinho desejado. O argumento ambiental aparece como justificativa para tal processo de separação.

Por mais obvio que pareça, na construção do processo de segregação há os que segregam e os que são segregados. A cidade apenas revela os modos como a segregação ganha visibilidade. Ela não é sujeito em si, como se houvesse uma competição “natural” entre grupos pelo uso do espaço (SPOSITO, 2013).

Tal perspectiva é reforçada nos anos 1990 quando a onda de violência que assolava a cidade do Rio de Janeiro produziu reações dos moradores na forma de organizar os espaços de moradia e na busca pela garantia de segurança por meio de estratégias políticas como a constituição de uma outra associação de moradores no bairro do Jardim Botânico. São estas estratégias que criaram uma nova fisionomia na paisagem do Alto Jardim Botânico. A presença de câmeras, equipamentos de segurança e cancelas tornaram-se cada vez mais comum nas ruas do bairro, que já foi fábril/operário, e o caráter de mistura, antes típico, aos poucos vai sumindo. A senhora entrevistada era contrária à colocação de cancelas

A gente ainda brigou para cuidar da praça e não permitir o fechamento das ruas. Com a ocorrência de muitos assaltos, principalmente a partir dos anos 90, a preocupação com a segurança aumentou muito.

Sra. K. nascida no Jardim Botânico em 1958. Ainda é moradora.

Porém, vê uma nova configuração no espaço do seu local de moradia

O bairro é muito bacana, mas cada vez mais elitizado e fechado. Todos só andam de carro e poucos a pé. Não tem uma vida de rua, de conhecer os vizinhos. Na verdade nunca teve. As pessoas se fecham atrás de seus muros. Hoje já não tem a vida de criança de porta aberta com todos [as crianças] convivendo. Hoje só na praça com as babás chiques de branco”.

Sra. K nascida no Jardim Botânico em 1958. Ainda é moradora.

Verifica-se, diante da fala da moradora entrevistada, que a construção da segregação no Alto Jardim Botânico realiza-se baseada em aspectos objetivos e subjetivos da realidade em que se insere. Nas palavras de Spósito (2013), “a segregação resulta de uma mescla de condicionantes e expressões objetivas e subjetivas” (p. 66). A autora destaca que não se coloca em questão que a força da lei ou um rio ou, ainda, uma ferrovia sejam fatores objetivos da construção da segregação. Entretanto, como tratamos de um fenômeno social, há uma subjetividade presente nas lutas e ações sociais que dá vida à sociedade, que faz com que o muro do condomínio, a linha férrea, o rio ou a lei sejam códigos que

ganhem significados nas visões dos sujeitos que vivem a cidade (SPOSITO, 2013). “Neste movimento, há razões e emoções, normas e transgressões, explicações e crenças, o estrutural e o ideológico, há identidade e intolerância, há o concreto e o abstrato, e muito mais” (SPOSITO, 2013, p. 67).

Para evitar generalizações, entendemos, acompanhando as ponderações de Sposito (2013), que “nem todas as formas de diferenciação e de desigualdades são, necessariamente, formas de segregação” (p. 64). Ao analisarmos as partes do espaço urbano que se associam à segregação, constata-se que essas são identificadas por marcante uniformidade interna, mas isso não é suficiente para definir a segregação por dois motivos: pode ocorrer uniformidade interna e não ocorrer segregação; quando há segregação, a forte uniformidade interna do espaço segregado não é a justificativa deste processo. (SPOSITO, 2013)

Assim sendo, para a autora, o ponto central é:

só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam a separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana. (SPOSITO, 2013, p. 65)

Com base nas correlações estabelecidas anteriormente entre as formulações de Sposito (2013) e a dinâmica de construção do Alto Jardim Botânico, entendemos existirem condicionantes suficientes para reafirmarmos a existência do fenômeno da segregação naquela localidade. São os seguintes: realiza-se como processo que possui componentes subjetivos e objetivos, resultando em expressões espaciais que envolvem o agente segregador e o sujeito segregado e implicando em separação espacial radical.

produto social, a segregação espacial constitui também um meio no qual a existência dos diferentes grupos sociais se efetiva. Produto e meio, a segregação é parte integrante dos processos e formas de reprodução da existência social que ali se verifica. (VASCONCELOS, CORRÊA E PINTAUDI, 2013, p. 9)

Entendemos que a fundação de outra associação de moradores no bairro do Jardim Botânico com o propósito inicial de retirar moradores pobres de uma “favelinha” – usando a expressão da entrevistada – presente na vizinhança e com a finalidade de estabelecer uma uniformidade social interna, demarca o que Sposito (2003) nomeia de “separação espacial radical”.

Consideramos aqui, que a adjetivação “espacial” é implícita ao termo segregação e que, segundo Sposito (2013),

os conceitos podem e devem ser atualizados, atingindo mesmo a situação de uma reconceitualização, desde que tais mudanças não resultem em negação ou descontinuidade profunda em relação à apreensão de processos e dinâmicas que o fundamentaram no plano teórico. Em outras palavras, aplicar o conceito de segregação implica, necessariamente, reconhecer processos significativos e profundos de segmentação socioespacial, ainda que possa haver divergência na explicação deles ou na força dada a uma dimensão ou outra (política, étnica, religiosa, socioeconômica etc.) deste processo (SPOSITO, 2013, p. 62).

Desta forma, questionamos qual o tipo de segregação se encontra no Alto Jardim Botânico?

Antes de responder à questão, necessitamos realizar algumas reflexões a respeito da maneira como acreditamos que os conceitos devem ser inseridos na pesquisa em geografia.

Baseamo-nos aqui em Thiry-Cherques (2012), que, numa perspectiva weberiana, considera que

A realidade não pode ser conceituada, mas devido à sua infinitude, e que o conceito é uma explicação lógica, mas não divorciado inteiramente da realidade. Para ele [Weber], o conceito, o tipo ideal, tem relação com o real na medida em que o constituímos como um signo que nos permite apreender o real, contornando o problema da sua infinita complexidade. Weber, resolve a dificuldade de como é possível formar conceitos objetivos a partir de estruturas de significados subjetivos negando que os conceitos com que trabalhamos sejam, “permanentes e universais”.

Citando Schütz (1975), Thiry-Cherques (2012), vai além e destaca que as razões de tais reflexões, apresentadas em diversos momentos da obra de Weber, são, pelo menos, cinco

1. O objeto social, o referente do conceito, muda constantemente;
2. Mesmo quando permanece, o objeto ganha ou perde relevância;
3. Nós, como investigadores, estamos imersos na realidade social cambiante e, inevitavelmente, mudamos com ela;
4. As possibilidades de conceituação são infinitas e;
5. A “fatia da realidade” sobre a qual investigamos é uma, tomada entre a infinitude de “fatias” possíveis.

Acreditamos que a partir de tais considerações, podemos elaborar nossa formulação para responder à questão anteriormente apresentada.

Apresentamos, baseado em Vasconcelos (2013), quatro noções de segregação ligadas aos indivíduos e ao espaço que não correspondem àquela que acreditamos existir no Alto Jardim Botânico. Primeiro, a *autossegregação*, tema destacadamente desenvolvido por Caldeira (2000), que se associa ao emuralhamento de loteamentos e condomínios fechados para grupos socialmente uniformes, com propósitos de defesa diante das ameaças presentes nas metrópoles contemporâneas. Tal noção não se aplica no Alto Jardim Botânico, pois não há propósito condominal e nem muros que proíbam a circulação de pessoas. Há, como já destacado, a presença de cancelas que se posicionam na entrada e na saída do lugar. A mesma justificativa serve para não falarmos em *gated communities* no caso do Alto Jardim Botânico. Estes ocorrem nos Estados Unidos e também se baseiam em “enclaves fortificados” murados, diferente da realidade carioca estudada aqui.

Outro termo que não se aplica é o de *agrupamento* que, segundo Vasconcelos (2013)

Pode ser reservado para o processo pelo qual determinados grupos sociais preferem se separar dos demais, como no caso de grupos étnicos e religiosos, como Judeus, os chineses, e, em certo grau, os italianos, que procuram manter suas características culturais e religiosas, além de facilitar a ajuda mútua (p. 28)

Por fim, a noção de *fortificação* que, segundo Vasconcelos (2013), é definida pelo fechamento de vias de acesso aos CDBs (*Central Business District*) com barreiras que garantem a contenção dos indesejáveis, afastando as supostas ameaças às áreas corporativas.

Com base no exposto, realizamos um esforço metodológico para propor a noção de *oroescapismo* como expressão da segregação presente no Alto Jardim Botânico. A composição da palavra origina-se de *oros*, no Grego, montanha e escapismo, como a fuga de grupos de alto padrão aquisitivo das ameaças presentes na vida cotidiana de uma metrópole contemporânea e que lhes causam insegurança e medo.

Entendemos que a cidade do Rio de Janeiro já assistiu no passado – como explicado no capítulo 1 – à fuga dos grupos privilegiados socioeconomicamente para certas áreas altas da cidade, especialmente no Centro, com a intenção de afastar-se das condições hostis presentes nas áreas de baixada que, além da escassez de água, convivia com insalubridade e o risco de doenças (ABREU, 1992).

Atualmente, considerando a geografia singular da cidade do Rio de Janeiro, especialmente na zona sul, onde as áreas de baixada são espremidas entre o mar e a montanha devido à sua condição de relevo, e onde as favelas se fazem presentes em muitas encostas (não nas do Jardim Botânico, vale destacar), restaram alguns recantos que são incorporados à lógica imobiliária com um viés de espaços exclusivos, seguros e com áreas verdes. Busca-se melhor qualidade de vida, porém, a ameaça hoje é outra. É a insegurança frente à violência urbana, retomando o início do presente capítulo, além dos diferentes medos aqui já citados, que contribuem para a noção de *oroescapismo* situada no Alto Jardim Botânico.

O acesso dificultado, seja pela própria questão topográfica ou pela presença de cancelas e de um aparato de tecnologias de controle dos fluxos (câmeras, alarmes, rádios de comunicação) estabelecem um território de mobilidade seletiva, marcado pela presença de moradores de alto padrão aquisitivo.

Desdobrando a realidade anterior com a devida prudência, é possível constatar a existência de outros *Altos* na zona sul do Rio de Janeiro, que se assemelham ao Alto Jardim Botânico, como no Humaitá e Leblon. Estes espaços são vendidos pelos promotores imobiliários, como espaços que se diferenciam – e se separam por cancelas – do restante dos seus respectivos bairros, a partir da perspectiva de que há uma melhor qualidade de vida nas áreas mais afastadas do “urbano insalubre”, tornando-se mais viável o acesso ao “verde salubre” alimentador da saúde física e mental (mapas 6 e 7).